

Cartografias Antiepistemicidas em Biblioteconomia e Ciência da Informação Desde África: epistemologia decolonial a partir da República Democrática do Congo

Gustavo Silva Saldanha

Como citar: SALDANHA, Gustavo Silva. Cartografias Antiepistemicidas em Biblioteconomia e Ciência da Informação Desde África: epistemologia decolonial a partir da República Democrática do Congo. *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; VITTI-RODRIGUES, Mariana (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação:** ciência da informação, ética e linguagem. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 131-170. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p131-170>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

**CARTOGRAFIAS
ANTIEPISTEMICIDAS EM
BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO DESDE ÁFRICA:
EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL
A PARTIR DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DO CONGO**

*ANTI-EPISTEMICIDE
CARTOGRAPHIES IN LIBRARY
AND INFORMATION SCIENCE
FROM AFRICA: DECOLONIAL
EPISTEMOLOGY FROM THE R
DEMOCRATIC EPUBLIC OF CONGO*

Gustavo Silva SALDANHA

IBICT

saldanhaquim@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7679-8552>

Resumo: A epistemologia em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) tem, em suas bases estudadas em diferentes partes do mundo, uma constituição epistemológica a partir de e sobre África. Sua repercussão e a força das ideias desenvolvidas em milhares de anos até a produção africana no século XXI é, no entanto, gradativamente apagada, século a século, até a última virada de milênio, dentro dos processos de violência da colonialidade. Estudos de epistemologia histórica e a práxis de teoria crítica e decolonial, por exemplo, podem contribuir para redimensionar o espírito cartográfico de ideias no campo. A pesquisa responde pelo projeto “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas das teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”, sob fomento da Chamada CNPq Nº 04/2021 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O corpus da atual etapa da pesquisa é constituído a partir das consultas ao Fundo Meyriat e ao Fundo Estivals, com foco na Revue de Bibliologie e sua doxografia. O desenvolvimento do recorte desta etapa da pesquisa nos leva ao papel teórico-metodológico da Bibliografia como estrutura econômico-política na formação do pensamento epistemológico colonialista a partir da questão da República Democrática do Congo, como um território arquetípico, ao mesmo tempo que nos permite refletir a decolonialidade e antiepistemicídio em Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir do pensamento de autorias de África.

Palavras-chave: Epistemologia histórica; Biblioteconomia e Ciência da Informação; Decolonialidade; Epistemicídio; Bibliografia.

Abstract: Library and Information Science (BCI) epistemology has, therefore, in its bases studied in different parts of the world, an epistemological constitution from and about Africa. Its repercussion and the strength of ideas developed over thousands of years until African production in the 21st century is, however, gradually erased, century by century, until the last turn of the millennium, within the processes of violence of coloniality. Studies of historical epistemology and the praxis in critical and decolonial theory, for example, can contribute to reshaping the cartographic spirit of the ideas in the field. The research responds to the project “Philosophical-epistemological letters in Information Science: narrative cartographies of 21st century information theories for science, society and innovation”, supported by CNPq Call No. 04/2021 - Research Productivity Grants from the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq - Brazil). The corpus of the current stage of research is made up of consultations with the Meyriat Fund and the Estivals Fund, focusing on the Revue de Bibliologie and its doxography. The development of this stage of research leads us to the theoretical-methodological role of Bibliography as an economic-political structure in the formation of colonialist epistemological thought based on the question of the Democratic Republic of Congo, as an archetypal territory, at the same time that it allows us to reflect decoloniality and anti-epistemicity in Library Science and Information Science based on the thoughts of African authors.

Keywords: Historical epistemology; Library and Information Science; Decoloniality; Epistemicide; Bibliography.

1 INTRODUÇÃO

Si l'Égypte est le pays de la bibliothèque d'Alexandrie, elle est aussi le lieu d'organisation le plus vieux de la formation dans le domaine de l'écrit et de la communication écrite en Afrique. (Bobutaka Bateko, 2014, p. 139).

No início, era a estrutura epistemológica de África. É via o Egito e territórios afins, como nos leva a reconhecer Bobutaka Bateko (2014) e a literatura sobre a história das inscrições, que repertoriamos a construção de nossas ideias em torno da escrita, do registro do conhecimento, de sua preservação, da sua organização e, centralmente, de seu poder político nas relações de circulação dos saberes. Em outras palavras, a epistemologia e a economia política no campo dos registros do conhecimento têm em África parte fundamental de suas primeiras fontes de metarreflexão e de práxis para o exercício cartográfico das ideias. Não se trata, pois, de lançar e/ou de enumerar uma frente nascitura. O exercício histórico está aqui, à escuta, por exemplo, de Joseph Cimbanga Mulamba (2014), reconhecer fontes de nossa formação científica de África para o mundo, incluindo a co-constituição no e para o século XX nos estudos biblioteconômico-informacionais.

A epistemologia em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) tem, pois, em suas bases estudadas em diferentes partes do mundo, uma constituição epistemológica a partir de e sobre África. Sua repercussão e a força do pensamento desenvolvidas em milhares de anos até a produção africana no século XXI é, no entanto, gradativamente apagada, século a século, até a última virada de milênio. Estudos de epistemologia histórica e a práxis de teoria crítica e decolonial, por exemplo, podem contribuir para redimensionar o espírito cartográfico de ideias no campo. Por exemplo, encontramos, segundo Dominique Hado Zidouemba (2013), o papel revolucionário de Al-Kalkashandi. Com o trabalho bibliográfico deste pesquisador tem-se, no século XV, a existência de uma geral teoria da bibliologia em seu trabalho intitulado *Sobh al'achá fi sin'at al-incha (Le matin de l'héméralope ou l'art de la rédaction* – “A manhã da ‘cegueira’ [ou cegueira noturna] ou a arte da redação). (Hado Zidouemba, 2013). Esse

movimento de redimensionamento cartográfico é o exercício epistemológico-histórico proposto nesse texto.

A pesquisa responde pelo projeto “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas das teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”, pesquisa científica sob fomento da Chamada CNPq Nº 04/2021 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – Nível 1 – C - do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto realiza uma incursão teórica, conceitual e bibliográfica sobre a filosofia da informação (ou seja, a construção de ideias e de conceitualidades para o plano epistemológico de reforma contínua de nossa *episteme*) constituída em BCI no século XXI, com vistas à compreensão de seu impacto aplicado nos âmbitos social, cultural e político na realidade contemporânea via suas transformações sociotécnicas.

As “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação” procuram tecer o mapa teórico-conceitual de construção de nosso pensamento sobre a informação via a produção científica em BCI orientada para os aportes filosóficos e epistemológicos. O objetivo geral do projeto em curso é constituir a cartografia narrativa filosófica e epistemológica, sob a base da historicidade das ciências humanas e sociais, da filosofia da informação tecida em BCI no contexto do século XXI.

Os caminhos desse recorte do estudo nos levam ao “coração” de África, mais centralmente ao Congo, e à metodologia bibliográfica da colonialidade como parte da reflexão para os estudos decoloniais e antiepistemicidas. Como aponta Cimbalanga Mulamba (2014), a bibliografia geológica e da mineração do Congo Belga como ciência da escrita constitui uma das ciências semiológicas do signo da escrita. Do mesmo modo, sua teoria e sua expressão sistemáticas representam uma das ciências documentais e midialógicas que abordam o suporte. No território da escrita como uma categoria específica de sistemas de signos, a bibliografia geológica e da mineração construiu historicamente os índices dos diferentes recursos minerais através dos símbolos e fórmulas, como os quatro minérios, a saber: minério de ouro (Au), minério de cobre (Cu), minério de estanho (Sn) e minério de zinco (Zn).

A cartografia da epistemologia biblioteconômico-informacional aqui tecida segue os pressupostos de Cimbanga Mulamba (2014) e Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) de que toda a produção do conhecimento em seus registros antevê as estruturas econômicas, ideológicas e políticas que a conformam. Nesse sentido, como expressão econômico-política da realidade, a bibliografia, antes de se constituir como estrutura para formação do Instituto Internacional de Bibliografia, uma das bases da Liga das Nações e da futura Organização das Nações Unidas (ONU), como potencial instrumento de paz em seu pretenso renascedouro na segunda metade do século XIX, ou, ainda, como solo para o desenvolvimento epistemológico em BCI, ela, a bibliografia, é um método objetivo, científico, empírico, de colonialidade.

2 PLANO TEÓRICO-METODOLÓGICO DAS CARTOGRAFIAS

[...] si la bibliologie est une part intégrante des SIC, tout chercheur se réclamant de ce champ est obligé de prendre en compte les acquis épistémologiques des SIC; plus concrètement, il faudrait s'imprégner de l'ensemble des acquis théoriques généraux de ce domaine. (Tambwe Kitenge, 2014, p. 129)

O corpus desta atual etapa da pesquisa é constituído a partir das consultas ao Fundo Meyriat e ao Fundo Estivals, com foco na *Revue de Bibliologie* e sua doxografia. O primeiro responde pela coleção que tem Viviane Couzinet como legatária, disponível na *École Nationale Supérieure de Formation de l'Enseignement Agricole* (Ensfea), em Toulouse, França. Completa o primeiro levantamento os dados coletados no *Centre de documentation et de recherche en sciences humaines et sociales* (CDRSHS-UPS) do *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (Lerass).

O segundo Fundo consultado responde pela visita e coleta de dados na *Maison de l'Écrit*, em Noyers-sur-Serein, França, instituição criada por Robert Estivals, Danièle Estivals e os teóricos ativistas do movimento crítico no campo informacional francês a partir dos anos 1960, de tradição marxiana, com grande repercussão no Leste Europeu e nas nações africanas

francófonas. Essa corrente procura trazer o confronto e as relações entre as obras, por exemplo, de Nicolas Roubakine e de Karl Marx, para um modelo de diagnóstico informacional dos fenômenos sociais. Como lembra Bob Bobutaka Bateko (2010), da Université de Kinshasa, Congo, a *Maison* representa o legado de uma vasta produção epistemológica constituída ao longo de cinquenta anos pelo trabalho de Estivals e o grupo de vanguardistas esquematológicos.

Do ponto de vista dos *corpora*, o recorte das fontes retiradas dos Fundos Jean Meyriat e Robert Estivals, a noção de África nesse estudo está centrada no quadro da colonialidade francófona que nos revela o exercício crítico da decolonialidade, ou seja, já parte do recorte dos cerca de 40 (quarenta) países e territórios do continente que comungam do idioma francês. O desenvolvimento da perspectiva de recorte nos leva, por questões econômico-políticas na formação do pensamento epistemológico colonialista em BCI no mundo, para a questão da República Democrática do Congo, como um entreposto (não único) arquetípico para refletir, na “outra margem do rio”, a frente teórico-metodológica decolonial e anti-epistemicida. De todo modo, aponta-se como parte do mapeamento do corpus, a produção em BCI em Egito, Argélia, Madagascar, Camarões, Tunísia, Costa do Marfim, Senegal, Mali. Como parte do ativismo bibliográfico de objeto e conteúdo dessa pesquisa, optamos aqui por trabalhar apenas e tão somente com autorias oriundas e dedicadas à África.

No plano terminológico, uma questão relevante no âmbito do corpus da pesquisa está na compreensão dos estudos comparados e na perspectiva do olhar sobre o outro, especificamente, no uso macroconceitual da disciplina em diferentes tradições. A produção africana, em diálogo com o histórico da colonialidade do vocabulário internacional, nesse caso, centralmente, a francofonia oriunda, de um lado, da terminologia de Gabriel Peignot, Nicolas Roubakine e, de outro lado, a terminologia da teoria do conhecimento de Paul Otlet, bem como os modelos de institucionalização do campo biblioteconômico-informacional na França, responde por conceitos na linha da historicidade como, respectivamente, *bibliologie*, *documentation* e *sciences de l'information et de la communication*, *science de l'écrit*, na direção (na medida

em que o processo de formalização institucional da pós-graduação avança) dos estudos de *information scientifique et technique* (IST).

Ainda no plano terminológico, em razão da tradição da colonialidade co-fundadora de tradições em África, tais termos encontrarão lugar de representante terminológico da macroárea ou área ou subárea do conhecimento em cada país de África, representando, guardadas as condições sociopolítico-pedagógicas de cada país, aquilo que no Brasil se constituiu entre graduação e pós-graduação sob os termos “biblioteconomia”, “ciência da informação”, “documentação” ao longo do século XX. As verossimilhanças, não sendo identitárias, guardam, nas diferentes demarcações para estudos comparados, o desenvolvimento aproximado em seu conjunto de relações institucional, pedagógico e científico do campo a partir dos estudos em Biblioteconomia. Como observa Eddie Tambwe Kitenge (2014, p. 129), “cette prédominance de la bibliothéconomie n’est pas un travers typiquement congolais: elle trahirait un travers historique général que connaissent la plupart des pays (France, Belgique, Canada, pays du Maghreb, etc.)”. Essa posição, da formação a partir de grupos de docentes, de departamentos e de escolas de Biblioteconomia e também da própria titulação de “bibliotecário(a)”, pode ser vista igualmente em Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014).

Como aponta Bob Bobutaka Bateko (2014) para o caso do Congo, os termos *bibliologie*, de origem epistemológica vinculada aos usos de Gabriel Peignot, Nicolas Roubakine e Paul Otlet, e a expressão *sciences de l’information et de la communication*, vinculada à tradição colonial francesa de institucionalização do campo, demonstram os usos de cobertura das ações acadêmico-científico-profissionais na tradição congoleza.

La formation universitaire et la recherche scientifique constituent les piliers fondamentaux pour la survie et la pérennisation d’une Entreprise scientifique. C’est ainsi que la Bibliologie qui est un domaine des sciences de l’information et de la communication a aussi comme point d’ancrage pédagogique « l’Institut Supérieur de Statistique de Kinshasa » en République Démocratique du Congo. (Bobutaka Bateko, 2014, p. 137)

Em outras palavras, a vastidão das expressões macro-epistêmicas de nomenclaturas do campo representa em África também parte de sua pluralidade, abrangendo um conjunto estável, porém localmente reconstituído, de conceitos e de práticas em torno de noções como livro, documento, informação, a partir das institucionalizações da Biblioteconomia.

3 PRIMEIRAS CARTOGRAFIAS DE UM ITINERÁRIO DECOLONIAL: CONTORNOS DO MAPA DE UMA “ESCOLA CRÍTICA” DESDE ÁFRICA ATRAVÉS DOS FIOS DA BIBLIOGRAFIA

L’histoire des sciences montre en effet que le destin d’une discipline scientifique ne tient pas uniquement à la cohérence de son programme intrinsèque: elle montre qu’il dépend également de la capacité personnelle des chercheurs à organiser la recherche au plan institutionnel. Eddie (Tambwe Kitenge, 2014, p. 130).

Do ponto de vista epistemológico, para quem e além das expressões terminológicas, como nos permite problematizar Tambwe Kitenge (2014), a compreensão das “escolas” em “Ciências da Informação e da Comunicação”, com foco em BCI (quando observadas as verossimilhanças das matrizes curriculares e, não, identidades), permite-nos identificar que a existência de espaços de construção e de registro de ideias (de “escolas” em formação) não depende apenas da presença de pessoas pesquisadoras em um dado contexto histórico. A formação de uma “escola” está subordinada à produção e à partilha de um mesmo paradigma, de um conjunto de forças de resistência epistêmica e política, dentro de um contexto social mais amplo, ou seja, político, econômico, cultural. Essas forças virão determinar os princípios e os conceitos fundamentais de uma dada corrente epistemológica, ou de uma escola a ser constituída.

Com Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), nós podemos observar o olhar crítico na formação de ideias de tais “escolas” de África na epistemologia em BCI dos estudos biblioteconômico-informacionais. Para Manuana-Nseka (2014), o denominador comum da formação do pensamento a partir do Congo está na teoria da bibliologia política, centralmen-

te a relação entre poder e comunicação, desdobramento crítico do horizonte da presente cartografia, ou seja, uma perspectiva crítica e decolonial.

O debate deste olhar sobre as escolas epistemológicas africanas no espelho do Congo nos leva à reflexão histórico-materialista acerca da estrutura epistemológica epistemicida, entre o ouro e a escrita, que sustentou a própria criação do discurso materializado em BCI no século XIX e no século XX, a partir do processo colonizador e das práticas de massacre, de saque, de extermínio dos saberes (como exemplo, pode-se rememorar as riquezas que virão sustentar o desenvolvimento das coroas europeias no século XIX, como Reino Unido e Bélgica, França e Alemanha, sustentando a constituição de projetos democráticos liberais e ditaduras do território informacional para o universo macropolítico internacional). Nesse sentido econômico-político, pode-se observar forças que estruturaram a constituição de organizações como Instituto Internacional de Bibliografia – IIB –, a Liga das Nações, de 1919, e a ONU, de 1948, frutos diretos do acúmulo do capital oriundo de África (dentre outros territórios coloniais) e, em particular, como aqui debatido, do Congo.

O caminho crítico encontra diferentes abordagens dialéticas para uma decolonialidade não só da perspectiva de África para África, mas África-mundo. Centralmente, encontramos em Joseph Cimbalanga Mulamba (2014), a perspectiva de construção de uma dada *episteme* e suas escolas na Europa claramente sustentadas pela posição da bibliografia da mineração (integrando dialeticamente uma aparente distância empírica entre ouro e urânio, de um lado, palavra e palavras sistematizadas – bibliografias –, de outro lado). Em termos objetivos, via a bibliografia geológica e da mineração do Congo Belga de 1885 a 1960 encontramos, no plano econômico-político, uma ferramenta de informação e comunicação para as potências coloniais europeias, incluindo para as políticas multilaterais, como a que refletirá a futura construção da ONU.

Como demonstra Cimbalanga Mulamba (2014), a Bibliografia Geológica de Mineração do Congo Belga de 1885 a 1960 constitui-se um instrumento de informação e comunicação para as potências coloniais europeias. Essa bibliografia serviu ao poder colonial em suas mais distintas formas. A bibliografia econômico-política aqui lançada desde a primeira

bibliografia malgache (ou relativo à República Malgache, ou seja, a atual República Democrática de Madagascar, ou, ainda, referente a quem é seu natural ou habitante; o povo madagascarense, sua cultura, sua formação social) serviu a missionários e cientistas estrangeiros, pelas necessidades de evangelização e pelas descobertas de novas terras do espírito colonialista.

Cimbalanga Mulamba (2014) argumenta que, em todos os momentos, o setor da mineração é sempre apresentado como uma alavanca privilegiada para o crescimento e a redução da pobreza pelas instituições financeiras internacionais. A literatura histórica e econômica sobre este tema que demonstra a importância da economia mineira na estruturação das sociedades modernas – do ouro aos recursos minerais que sustentam as revoluções cibernéticas a partir de 1930 – ou seja, essa posição vai dar sustentação econômica da estrutura informacional do Estado na Modernidade Tardia do século XIX com o ouro e outros metais, às cibernéticas de primeira e segunda ordem, no século XX e na virada para o século XXI, com o urânio, por exemplo.

No mesmo argumento dialético, Eddie Tambwe Kitenge (2014) aponta que, dentro de sua meta-análise crítica da formação de uma “escola epistemológica” em BCI em África, centralmente, em seu corpo sócio-epistêmico-empírico no contexto da República Democrática do Congo, é necessário que toda a comunidade vinculada aos estudos biblioteconômico-informacionais reconheça a produção congoleza como conquista epistemológica no período de 1980 à década de 2010. Esse exercício nos leva ao mergulho nos marcos de formação do pensamento em BCI de África ao Congo, do Congo ao mundo.

3.1 DA FORMAÇÃO DE PESSOAS À CONSTRUÇÃO DE IDEIAS DESDE A COLONIALIDADE

Sob o olhar de Bob Bobutaka Bateko (2014), compreendemos que a formação universitária e a investigação científica são os pilares fundamentais para a sobrevivência e sustentabilidade de uma tradição científica. É assim que a Bibliologia, segundo a terminologia epistêmica da BCI no Congo, virá se constituir entre pessoas, sistemas, instituições. No plano

histórico, segundo o autor, alguns marcos são fundamentais nesse processo de formação das escolas africanas em BCI, como

- Em 1953, em Ibadan, Nigéria, durante o “Seminário sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas Públicas em África”, foi levantada a necessidade de proporcionar formação profissional tendo em conta as especificidades das bibliotecas africanas;
- Em 1961, em Adis Abeba, na Etiópia, durante a “Conferência dos Chefes de Estado Africanos sobre o Desenvolvimento da Educação em África”, a Unesco insistiu na criação de centros regionais e nacionais;
- Em 1962, foi criado no Senegal o *Centre Régional de Formation des Bibliothécaires* (CRFB);
- Em 1967, o CRFB passará a ser desenvolvido via o decreto n. 67 / 1.235 de 15 de novembro de 1967, tornando-se a *École des Bibliothécaires, Archivistes et Documentalistes*, com status de instituto universitário;
- Em 1970, durante a “Reunião sobre o Planejamento Nacional dos Serviços de Documentação e Bibliotecas em África”, realizada em Kampala, na Uganda, de 7 a 15 de dezembro, sob a direção da Unesco, constatou-se que o número de bibliotecários qualificados em África era insuficiente;
- Em 1977, a República Democrática do Congo, após a formação desta disciplina científica organizada pela primeira vez no Departamento de História das Universidades de Kinshasa e Lubumbashi com os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, começou a organizar estudos académicos e a formação *les Sciences de l'Information et de la Documentation* no *Institut Supérieur de Statistique* de Kinshasa;
- Em Camarões, na *Ecole Supérieure des Sciences et Technologies de l'Information et de la Communication* (ESSTIC), criada em 1982, organiza-se formação em documentação e arquivística.

- Na Costa do Marfim, em 1987, ocorre a abertura do *Département des Sciences de l'Information Documentaire*, com sede em Abidjan. (Bobutaka Bateko, 2014)

O recorte bobutaka-batekiano acima demonstra parte dos marcos do percurso de cerca de 70 (setenta) anos de institucionalização em BCI na África, sob o fomento da colonialidade de fruto histórico (pré-século XX) e da presença da Unesco em sua organização e desenvolvimento já no decorrer do “Novecentos”. Outras travessias acadêmico-científicas revelam caminhos semelhantes (ainda que não identitários). Por exemplo, no contexto da Argélia, Rabah (2015) aponta que a criação, sob a tutela do Ministério da Informação e Cultura da época (1964), do Diploma Superior de Bibliotecários-Assistentes (DTBA) constitui a primeira experiência no país para a formação no domínio da formação em Biblioteconomia. Em 1975, tem-se, na *Université d'Alger*, o primeiro Departamento de Biblioteconomia destinado à formação de bibliotecários, documentalistas e arquivistas no nível “licença”. Até a metade da década de 2010, 11 (onze) dos 63 (sessenta e três) estabelecimentos de ensino superior (universidades, centros universitários e *grandes écoles*, ou seja, instituições acadêmicas fora do sistema universitário geral que se desenvolvem via concursos de estudantes) listados ao nível nacional ensinavam Biblioteconomia. Até 2015, Rabah (2015) aponta, o Departamento de Biblioteconomia da *Université d'Alger* já havia diplomado 6.987 (seis mil novecentos e oitenta e sete) pessoas profissionais bibliotecárias, documentalistas ou arquivistas.

No âmbito desse itinerário histórico-institucional, segundo Eddie Tambwe Kitenge (2015), na abordagem da bibliologia política, o estudo do modelo educativo, ou da instituição “de ensino”, é crucial: permite-nos apreender os processos de criação das necessidades de consumo da escrita num espaço histórico e dado nacional. A comunicação escrita tem, de facto, uma particularidade: pressupõe uma capacidade de descodificação da escrita. A travessia aqui passa pelo problema de aprender o código, de estabelecer um modelo educativo de acordo com a ideologia dominante. Estas razões tornam o estudo do sistema educativo, de cada regime político

estudado, uma condição *sine qua non* para a análise do modelo bibliológico correspondente em África e de África para o mundo.

Como aponta o pesquisador, a compreensão epistemológica dos fatores sociais de construção do pensamento congolês em BCI não depende de um olhar “de dentro do campo”. Trata-se de observar a formação sócio-histórica de uma dada ciência, nesse caso, a complexidade da constituição das ciências sociais, dentro das quais está inserida a BCI. Os fundamentos políticos que têm sustentado o funcionamento do sistema educativo e os modos como um dado modelo educativo determinada as condições favoráveis ao modelo dominante, colonialista, são claramente observados na formação do campo, segundo Tambwe Kitenge (2015).

3.2 ROTAS AFRICANAS DA DECOLONIALIDADE EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: AS CARTAS DO EPISTEMICÍDIO

Com Arab Abdelhamid (2014), podemos observar o princípio colonial de formação e deformação do discurso local. Segundo o pesquisador, os primeiros trabalhos de investigação sobre a Argélia realizados pelos franceses nos vários domínios remontam ao desembarque da força expedicionária em 1830, quando uma constelação de estudiosos se interessou pela primeira vez pelos estudos árabes, como a expedição ao Egito. No domínio da escrita, foram realizadas pesquisas com o objetivo de localizar, inventariar e explorar qualquer escrita suscetível de fornecer elementos de informação ou de informação que permitisse a subjugação da “colônia recém-conquistada”. Nas instruções elaboradas para a seção oriental da “Escola Superior de Letras” de Argel, a “Academia de Escrita e Belas Letras” recomendou a criação de um catálogo completo e, na medida do possível, fundamentado das bibliotecas e coleções privadas da Argélia.

Como exemplo, como lembra Hado Zidouemba (2014), encontramos o Senegal, um dos nove países da África Ocidental francófona, sendo os outros 8 (oito), o Benin, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, a Guiné, o Mali, a Mauritânia, o Níger e o Togo. Anteriormente sob domínio colonial francês, estes territórios, que se tornaram independentes a partir de 1960, têm atualmente como objetivo principal a liquidação do subdesenvolvi-

mento e da construção de Estados modernos. Para conseguir isso, uma luta central estava vinculada ao combate ao analfabetismo – sendo epistemologia e práxis em BCI forças centrais para a transformação. É a partir deste foco que o nível científico, tecnológico e cultural dos povos conseguirá elevar-se através da criação (ou transferência) e difusão de conhecimento, saber-fazer e culturas mútuas. Como aponta Hado Zidouemba (2014), neste processo, a comunicação escrita (especialmente livros e publicações) tem um grande papel a desempenhar. Promover os livros e disponibilizá-los às pessoas nas bibliotecas torna-se, a partir de então, uma prioridade, junto aos dilemas da liberdade criativa das autorias e da reabilitação das culturas e línguas nacionais para torná-las línguas literárias. Esse é o contexto sociopolítico das condições nos territórios dos registros do conhecimento para o desenvolvimento em BCI em cenários africanos.

3.3 UMA ESCOLA EPISTEMOLÓGICA CONGOLESA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Em um movimento epistemológico decolonial, Eddie Tambwe Kitenge (2014) busca se questionar sobre a constituição de “escola congoleza” em BCI – ou seja, da República Democrática do Congo (ou, ainda, do Zaire – nomenclatura do território no período de 1971 a 1997 –, contexto da ditadura de Mobutu Sese Seko, que se sucedeu à independência da coroa Belga na década de 1960). Para compreender as possibilidades de um coletivo em torno de uma dada teoria do conhecimento, o pesquisador nos convida, de um lado, a revisitar a Revolução Industrial na Europa e a construção do discurso do “espírito científico”, donde parte a construção das ciências sociais. Por outro lado, o autor aponta para os dilemas da comunidade científica em torno do fenômeno dos meios de comunicação que, durante o século XIX, assumiu uma magnitude sociológica sem precedentes (nomeadamente após o desenvolvimento da imprensa de grande circulação e a reflexão teórica sobre o mesmo fenômeno diante de seus impactos políticos). Esta era, que marca o nascimento da Sociologia, vê, portanto, a “comunicação de massa” e as instituições informacionais se tornarem um “problema social”. O próprio fenômeno resulta dos factos conjugados da industrialização, do aumento dos processos intensivos de

urbanização, da explosão demográfica, da diversificação dos fluxos migratórios. Muitas pessoas pesquisadoras viriam, neste contexto, delinear as bases teóricas sobre as quais se baseariam os primeiros estudos sobre os meios de comunicação.

Ao buscar uma escola em BCI na República Democrática do Congo, Eddie Tambwe Kitenge (2014) aponta para os primeiros trabalhos de “essência bibliológica”, vinculados à história da escrita no período pré-colonialidade, centralmente demonstrados pelo trabalho de Kibanda Mutungila, que dedicou uma tese de doutoramento ao assunto e o curso sobre “História do livro”, em Kinshasa, *Institut Facultaire des Sciences de l'Information et de la Communication* (IFASIC), 1988-1989, investigando os sistemas de escrita e as formas de escrita.

Segundo Eddie Tambwe Kitenge (2014), três textos de acadêmicos do país parecem prefigurar o que poderia ser definido como a “pré-história da bibliologia” na República Democrática do Congo. Alguns notarão a coincidência histórica: os três textos foram publicados no mesmo ano (1979). O pesquisador lamenta que as pessoas bibliotecárias congoleesas prestem pouca atenção aos três textos, que são, de várias formas, os fundadores da disciplina da formação e da epistemologia em BCI no país. O primeiro texto é o livro de Pius Ngandu N’Kashama, sobre o fenômeno literário no Zaire. As obras deste autor – que formalmente se enquadram na crítica literária – abrem, no entanto, perspectivas para o estudo sistemático da escrita, na medida em que objetivam de certa forma “o livro” como material a ser analisado. Esta concepção levou Pius Ngandu N’Kashama, então professor de literatura na Universidade de Lubumbashi, a interessar-se pela situação da edição de livros no Zaire. Tambwe Kitenge (2014) afirma que Ngandu N’Kashama é o primeiro acadêmico congolês a formular temas desta natureza.

O segundo texto fundacional, apontado por Tambwe Kitenge (2014), é de Kangafu Gudumbana, pesquisador da Universidade de Kinshasa e diretor do Instituto Makanda Kabobi (escola do partido único, o Movimento Popular da Revolução). Kangafu Gudumbana – que cita constantemente Pius Ngandu N’Kashama – dedica o seu estudo, como este, à edição zairense do livro. O estudo começa com uma bibliografia de

livros publicados no país, desde a época colonial até os anos de publicação do estudo (1979). Através dos títulos publicados, Kangafu Gudumbana conseguiu identificar os principais centros editoriais do livro no Zaire. Na sua conclusão, o estudo tenta priorizar os problemas da edição no Zaire, numerosos e inextricáveis: dizem respeito ao circuito de distribuição do livro, à política de publicidade, ao aspecto técnico da impressão (ou seja, a qualidade e a tipologia do papel, as máquinas, os recursos humanos), mas também a todo um contexto social de difusão da cultura.

Ainda de acordo com Eddie Tambwe Kitenge (2014), Lukomo Bivatu Nsundi apresenta a tentação permanente de mergulhar os fatos descritos nas teorizações macroeconômicas, sob o risco de distanciar o sujeito da realidade social local. Sua obra lançou uma nova luz sobre os problemas da publicação de livros no país. Os dados produzidos pelo estudo de Lukomo Bivatu Nsundi são numerosos e sistematizados. Suas conclusões apontam para a identificação da raiz do problema da construção dos estudos do livro, da escrita e de sua organização no âmbito do nível da formação de um pessoal qualificado, com domínio perfeito das técnicas editoriais.

Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), o final da década de 1980 foi marcado por reuniões de pessoas especialistas africanas, chamadas a refletir sobre a situação do livro no continente. Os eventos técnico-pedagógico-científicos deram origem ao *Colloque International sur l'édition du livre en Afrique*, em Bamako, no Mali. Como extensão do encontro, um grupo de trabalho, composto por pessoas cientistas africanas, projetou a criação de um *Centre africain de formation aux métiers du livre*. Ainda no mesmo contexto, a *Association Nationale des Editeurs zairois du Livre* (Anedil), cujo presidente participou ativamente das reuniões, deveria publicar o relatório das atividades.

Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), em 1988, o governo do então Zaire virá propor uma formação no domínio do livro e da bibliologia, em parceria com a Unesco (que fornecerá o financiamento) e o *Centre Wallonie - Bruxelles* (instituição diplomática e cultural da comunidade francófona da Bélgica), que dará o apoio acadêmico, com presença de docentes da *l'Université de l'Etat de Liège*. Com isso, sob a direção de

Etienne Ngangura Kasole, a formação se inicia na entrada universitária de 1988-1989, no *Institut Facultaire des Sciences de l'Information et de la Communication* (IFASIC), de Kinshasa.

O currículo complementou outros cursos de formação em ciências e técnicas da comunicação (Jornalismo, Imprensa Escrita, Imprensa Audiovisual e Relações Públicas) que esta universidade vinha organizando desde a sua criação em 1973. Aberto a partir do ano letivo 1988/1989, a opção foi articulada como especialização em Bibliologia, após três anos (o chamado diploma de graduação, corresponde ao chamado “bacharelado 3” no modelo educacional vigente no Zaire) de estudos gerais em ciências e técnicas da informação e da comunicação. O foco era formar, ao final do estágio “bacharelado 5”, pessoas “técnicas e investigadoras nas áreas do livro e da bibliologia”, ou seja, profissionais e cientistas. (Tambwe Kitenge, 2014)

Ao todo, no âmbito pedagógico, 3 (três) foram os grandes objetivos traçados pelas pessoas promotoras desta formação. O primeiro era centralmente acadêmico: tratava-se de formar rapidamente, no mais alto nível (ou seja, doutoramento), um corpo docente em BCI para substituir a comunidade docente de origem belga. O segundo objetivo era estritamente científico: estruturar as bases para o surgimento, no Zaire, de uma tradição de pesquisa em BCI. Foi necessário estabelecer o nicho de investigação em Bibliologia, ao lado dos canais de Comunicação Social já existentes (rádio, televisão, relações públicas, etc.) e onde existiam tradições de investigação, apesar das dificuldades estruturais. Finalmente, o terceiro e último objetivo, particularmente apoiado pela Unesco, era ao nível prático e profissional. Esperava-se, através da investigação empírica a realizar, dotar os profissionais do livro, e toda a indústria da comunicação escrita nacional (imprensa periódica, edição de livros, bibliotecas, etc.), de elementos de valorização do mercado. A investigação consistia em fornecer dados técnicos suscetíveis de conduzir a aplicações concretas e, potencialmente, contribuir para superar os obstáculos ao desenvolvimento da comunicação no país. (Tambwe Kitenge, 2014)

Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), ao implementar a formação nesta área, o IFASIC criaria uma dinâmica geral em torno da bibliologia e permitiria a difusão de sua estrutura epistemológica e aplicada

nos meios universitários. Os mimetismos ocorreram em várias direções. O plano educacional se propagou por instituições que organizam o ensino de “biblioteconomia” e/ou “ciências documentais”: os casos da *Université de Kinshasa* (Unikin), da *Université Protestante du Congo* (UPC), do *Institut supérieur des statistiques* (ISS). Essas instituições introduziram cursos de Bibliologia em seus currículos. Houve também criações de cursos “bibliológicos”, ainda que o currículo cubra apenas parcialmente a área bibliológica (conforme a nomenclatura adotada no país em BCI), como no caso da *Université catholique de Kinshasa* (FCK), de 1993. Observa-se, ainda, a criação de centros de investigação e sociedades científicas portadoras do conceito de “bibliologia”, como o *Centre africain de bibliologie* (Cab), criado por Kibanda Mutingila; o *Comité Zaïrois de l'Association Internationale de Bibliologie*, sob a direção de Etienne Ngangura Kasole.

Segundo Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), pode-se mapear as tendências de uma escola congoleza em Bibliologia, ou a construção dos estudos em BCI na República Democrática do Congo, a partir das relações entre formação acadêmico-científica e as estruturas políticas. Seu olhar parte da chamada “bibliologia política”, ou seja, da teoria do campo em BCI que parte das relações entre poder e comunicação.

Para Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), pode-se compreender a formação em BCI na República Democrática do Congo a partir de 4 (quatro) gerações:

Il y a d'abord ceux de la première génération, à savoir : des enseignants bibliologues. Il s'agit des Professeurs Etienne Ngangura Kasole et Obadée Kibanda Matungila.

Parmi les acquis de cette première génération, ils ont créé en 1990 une Section Zaïroise de l'Association Internationale de Bibliologie (Sezaib). Celle-ci a rayonné en produisant des travaux bibliologiques qui ont révolutionné l'enseignement et la recherche bibliologique en République Démocratique du Congo.

La deuxième génération des bibliologues congolais est venue renforcer la première avec l'arrivée du Professeur François-Xavier Budim'Bani Yambu et la présence de trois jeunes bibliologues confirmés avec des thèses de doctorat en SIC : Eddie Tambwe, Denis Nzonkatu Et Jean-Pierre Manuana. Monsieur François-

Xavier Budim'Bani a amené des recherches sur la scribalité et s'est intéressé également à l'éditologie.

En ce qui concerne la génération des jeunes chercheurs, celle-ci a fait élargi le champ d'études en bibliologie. Les recherches d'Eddie Tambwe ont été centrées sur la bibliologie politique tandis que celles de Denis Nzonkatu et Jean-Pierre Manuana respectivement sur l'archivistique et la sociologie de la bibliographie.

La troisième génération est constituée des étudiants faisant partie de l'Association des Amis de Robert Estivals pour le développement de la Bibliologie en Afrique, en sigle ARES. Je peux signaler avec bonheur l'émergence de deux chercheurs en phase de terminer leurs recherches doctorales. Ceux-ci se distinguent avec des publications dans la revue Schéma et Schématisation. Il s'agit de Bercky Kitumu et Bob Bobutaka.

La quatrième génération est en cours de finalisation de leurs travaux de DEA au Département des Sciences et Techniques documentaires de l'Université de Kinshasa et à la Faculté des Communications Sociales de l'Université Catholique du Congo. Les travaux de Paul Tete Wersey, Joseph Cimbanga Mulamba et Farida Eliaka Bombende peuvent être signalés. (Manuana-Nseka, 2014, p. 132-133)

A longa citação permite, cronologicamente, a partir das gerações, observar o percurso da construção epistemológica que, sob o olhar de Manuana-Nseka (2014), manifesta-se através de um denominador comum: a teoria bibliológica política. Trata-se, pois, da construção - e da compreensão de tal construção - de um olhar crítico sobre a epistemologia histórica em BCI oriundo da República Democrática do Congo.

4 DENTRO DA MINA DO EPISTEMICÍDIO: DOS USOS COLONIAIS À CRÍTICA DECOLONIAL DA BIBLIOGRAFIA

La bibliographie géologique et minière du Congo belge comme science de l'écrit, constitue l'une des sciences sémiologiques à partir du critère du signe d'écriture et en même temps l'une des sciences documentologiques et médiologiques par son support. L'écrit étant une catégorie spécifique des systèmes de signes. En effet, la bibliographie géologique et minière comme son nom l'indique

régie des indices de différentes ressources minérales au travers des symboles et formules étudiés dans le cours de chimie (ou de physique) que l'on appelle écriture chimique. Prenons un exemple en passant de quatre minerais, à savoir : le minerai de l'Or (Au), le minerai de Cuivre (Cu), le minerai de l'Étain (Sn), et le minerai de Zinc (Zn). (Cimbalanga Mulamba, 2014, p. 161)

Como nos relata Joseph Cimbalanga Mulamba (2014), no século XIX, através do Rio Congo, as expedições colonizadoras de cunho econômico-político-científica avançaram em território africano, de oeste a leste adentro pela via do regime colonial belga. As publicações de estudos geológicos e mineiros do Regime Colonial Belga desde a fundação do Estado Independente do Congo até o período do Congo sob a administração colonial da Bélgica, incluindo a conferência geográfica em 1876 convocada pelo Rei Leopoldo II, em Bruxelas, permitiram aos colonizadores europeus explorar conjuntamente a África Central.

Segundo Cimbalanga Mulamba (2014), destacam-se aqui as expedições de Burton e Speke, em 1857, que alcançaram o Lago Tanganica; Baker, em 1864, que chegou ao Lago Albert; Schwinfurt que, saindo de Cartum em 1869, penetrou no interior até ao Rio Uélé. Foi a partir de 1816 que o inglês Tuckey inaugurou assim o período das explorações científicas do século XIX na África Central. De 1874 a 1878, o Congo foi explorado por Henry Morton Stanley por conta própria e depois pela Associação Internacional do Congo.

Como demonstraram-nos Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) e Eddie Tambwe Kitenge (2014), os estudos em BCI em África se constituíram a partir desses dados de construção da colonialidade. Trata-se, como Arab Abdelhamid (2014) aponta sobre o caso da Argélia, o princípio colonial de formação e deformação do discurso local, via o massacre dos corpos e epistemicídio, o massacre dos saberes. Como aponta Cimbalanga Mulamba (2014), todas essas expedições e explorações fizeram parte da pesquisa e os resultados apresentados durante as diversas reuniões técnicas. Eles constituíram no conjunto dos escritos elaborados pela Bélgica para a exploração e comercialização de recursos minerais, o exemplo de escritos sobre a bibliografia geológica do Congo Belga de 1885 a 1960, abundante

bibliografia escrita por vários geólogos exploradores, principalmente, o geólogo Jules Cornet, que realizou o primeiro estudo científico dos recursos minerais de Katanga, de 1891 a 1893.

A partir de 1904, inicia-se a extração do ouro; em seguida, os minérios de cobre, diamante, estanho, zinco, urânio. Em termos estatísticos, a exploração mineral se desenvolveu a um ritmo acelerado: 141 milhões de francos em 1920, 1.012 milhões de francos em 1930, quase 6 mil milhões de francos em 1947. Ainda no período colonial, o Congo Belga era o maior país do mundo produtor de urânio, diamantes e cobalto. Partindo deste quadro sinótico, a história diz-nos que a riqueza do subsolo de Katanga e Kasai em particular constituiu, como já foi dito, “um escândalo geológico”. Deste modo, é, pois, sob e sobre esses dados, como nos conduz Cimbamba Mulamba (2014), que uma dada “ciência da escrita” virá se constituir via colonialidade no território do Congo, partindo do setor mineral do regime colonial belga.

4.1 COMPREENDENDO O REGIME DA CONSTRUÇÃO GEOPOLÍTICA HISTÓRICA DO CONGO A PARTIR DO OLHAR DE TAMBWE KITENGE

Sobre a especificidade do regime do Congo Belga, para compreender o regime colonial, faz-se necessário partir das ambições pessoais do rei belga Leopoldo II (1835-1909) (filho de Leopoldo I). Pouco depois da sua entronização, Leopoldo II organizou a “Conferência Internacional de Geografia” em Bruxelas (12 a 19 de setembro de 1876), que levou à criação da “Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central”). Cada Estado participante é representado por um Comitê Nacional. A ideia era delimitar uma zona de comércio livre no centro de África. (Tambwe Kitenge, 2015)

De acordo com Tambwe Kitenge (2015), podemos observar a construção de um regime que leva, de um lado, à construção da epistemologia e da práxis em BCI, de outro, em paralelo, à construção de uma estrutura informacional (a teoria em BCI co-constituída para fundamentar um regime político propriamente dito) para o desenvolvimento de uma colonialidade. Esse regime é observado, de modo claro, em suas estruturas de po-

der, simbólica, linguística e técnica, teológica, econômica e jurídica. Essa construção, como a seguir aprofundaremos com Cimbanga Mulamba (2014), é uma das formas sociotécnicas de compreensão do epistemicídio como método e do exercício decolonial via epistemologia histórica como revelação crítica dos regimes de massacre dos saberes.

Para o Estado Leopoldino, a utilidade de formar agentes subordinados eficazes e dedicados justapõe-se a um duplo programa: por um lado, difundir o “amor ao nome belga, o respeito e a simpatia pelo empreendimento da colonização”, e, por outro lado, “ampliar o reino de Cristo e proceder à conversão dos pagãos”. Em junho de 1890, o próprio Governador Geral do Congo definiu a finalidade das colônias escolares a serem criadas no Estado, orientadas para definir o futuro da mão de obra local via recrutamento regular de soldados e de artesãos, criando colônias educacionais (agrícolas e industriais) para crianças nativas. (Tambwe Kitenge, 2015)

Deste modo, o regime constituído via o Estado do Congo Belga, nascido em outubro de 1908, herdará – do Estado Independente do Congo – esta filosofia educativa, marcada pela Convenção de 1906, entre a Santa Sé e o Estado do Congo Belga. Na mesma linha, as missões católicas criaram, em 1913, um programa de formação de catequistas nativos. O regime colonial se estabelece através de uma educação de base religiosa em postos centrais, em capelas/escolas. Em 1919, é criado um projeto específico de ensino para o Congo Belga via o Ministério das Colônias Belgas. O objetivo era propor métodos administrativos de controle das instituições de formação organizadas e geridas pelas Missões Nacionais. (Tambwe Kitenge, 2015)

A proposta, emanada do Estado colonial, foi rejeitada pela Igreja Católica - através da Assembleia de superiores eclesiásticos reunidos em Kisantu - cidade da província do Baixo Congo – no mês de julho de 1919. A igreja exigia independência e liberdade de ação. Na prática, estes desejos traduzir-se-ão nestas três inovações principais: definição de política linguística na educação; generalização do ensino pós/primário ou secundário; e introdução do ensino superior e universitário. Portanto, definição da política linguística no sistema educativo. Para compreender o alcance de tal medida, é necessário reconsiderar todo o contexto da questão linguística

no Congo Belga. Isto porque a natureza utilitária do sistema educativo tem estado na origem das dificuldades das autoridades em levar a cabo uma política linguística coerente. (Tambwe Kitenge, 2015)

Assim como nos demonstra o olhar crítico de Manuana-Nseka (2014) e Cimalanga Mulamba (2014), Tambwe Kitenge (2015) nos convida a observar, nas colônias francesas, seguindo a chamada “política assimilacionista”, o ensino destinado às populações originárias, desde o primeiro ano do ensino primário, em francês, língua do colonizador, como parte do projeto epistemicida. Nas colônias portuguesas, o mesmo princípio é observado em todos os níveis de ensino. Por outro lado, os britânicos, através da sua filosofia colonial, a regra indireta, aplicaram uma política de ensino baseada nas línguas indígenas nas escolas primárias. O inglês é reservado para casos que exijam seu uso: os casos de escolas de ensino fundamental, profissional e superior (Tambwe Kitenge, 2015).

4.2 A DIALÉTICA LINGUÍSTICA DO EPISTEMICÍDIO

Os regimes que conformam a construção do duplo (epistemologia e práxis em BCI) bem como a próxima estrutura do metarregime do projeto da colonialidade belga, a partir do domínio via linguagem, virão constituir a futura teorização e a formação em BCI na República Democrática do Congo, bem como sua própria condição crítica epistemológico-histórica, conforme os passos legados, por exemplo, por Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) e Eddie Tambwe Kitenge (2014), Arab Abdelhamid (2014) Cimalanga Mulamba (2014).

De acordo com Tambwe Kitenge (2015), o regime do Congo Belga hesita entre as duas concepções coloniais vinculadas a políticas de gestão linguística. A primeira é que apenas as línguas locais são veículos de educação. O argumento apresentado pelos defensores desta visão está relacionado à ideia de que o desenvolvimento cultural de uma “raça humana” de acordo com sua própria condição só pode ser feito na linguagem da comunidade e, portanto, negligenciar o desenvolvimento da linguagem de uma comunidade seria esterilizar uma parte importante de sua vida social

e causar um efeito deprimente em sua cultura geral em sua manifestação externa.

Ao lado da concepção que visava a manutenção das línguas indígenas na difusão do conhecimento, uma segunda tendência procurava importar a língua europeia em todos os níveis de educação e da vida social. Existem várias razões para esta tendência: primeiro, uma aplicação prática; o movimento de industrialização levantaria necessariamente a questão de a mão-de-obra entregue nas fileiras dos nativos e, por isso, de um elevado nível de formação correspondente a este requisito. Este tipo de formação só poderia - pensando-se - ser ministrado na língua europeia. (Tambwe Kitenge, 2015)

No plano de uma dialética da dominação, o aparato da opressão pela via da linguagem constitui-se, dadas as observações de Eddie Tambwe Kitenge (2014, 2015), Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014) e Arab Abdelhamid (2014), um modo claro de operacionalização do regime de informação opressor. Não há, em um sentido de consolidação da colonialidade, a possibilidade de dominação, do espírito à cultura, da cultura às relações socioeconômicas, sem o domínio da língua, a extinção conveniente das expressões da cultura para massacre das identidades locais e a imposição de limites de outras manifestações originárias da cultura do território para fins de controle e assimilação.

Em 1948, explica-nos de modo claro Tambwe Kitenge (2015), uma reforma educacional aponta para línguas dos povos originários como veículos de instrução nas escolas de ensino fundamental e ensino médio. Da multidão de línguas locais, porém, o legislador manteve as quatro línguas nacionais dominantes, a saber, Swahili, Linguala, Kikongo, Tshiluba, abrangendo todo o território nacional. As quatro línguas vernáculas serviriam ao poder colonial como instrumento de comunicação com as massas.

O regime na construção não só do campo BCI no Congo, como da própria fundamentação do Estado Colonial Belga sobre o Congo, estrutura-se, pois, como demonstra Tambwe Kitenge (2015), como sistema político de condicionamento mental para o projeto de exploração econômica

da colonialidade, onde linguagem e metalinguagem são co-constituidoras (ferramentas e alimento) do epistemicídio.

4.3 DO NASCIMENTO DA BIBLIOGRAFIA DO SETOR MINERAL DO REGIME COLONIAL BELGA OU DO NASCIMENTO DO REGIME COLONIAL BELGA COMO PARTE DE CONSTRUÇÃO DOS REGIMES EPISTEMOLÓGICOS EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO, NO E PARA O MUNDO

Como explica Cimbalanga Mulamba (2014), vários séculos depois da “descoberta” europeia da foz do Rio Congo, em 1482, por Diego Cão, o século XIX permitiu que outros exploradores revelassem as potencialidades da bacia fluvial de um dos maiores rios do mundo. Em 1860, o Duque de Brabant, regressando da Grécia, trouxe como lembrança da viagem a Sière-Orban, um pequeno pedaço de mármore, vindo da galeria de arengas de Atenas, onde colocara o seu retrato em miniatura, rodeado das palavras: “A Bélgica precisa de uma colónia”. O que o Duque de Brabant sonhou, Leopoldo II realizou com energia indomável. O Rei Leopoldo I já tinha pensado na criação de estabelecimentos belgas em países ultramarinos. Por sua vez, Leopoldo II procurou vários pontos do planeta onde pudesse, em benefício da Bélgica, concretizar esta ideia de dinastia.

Em setembro de 1876, a sua escolha recaiu sobre a África Central, território ainda não explorado até ali pelos massacres europeus. Nos mapas, havia um grande espaço em branco em seu lugar – o centro africano, conforme observado acima em Tambwe Kitenge (2014), apresentar-se-ia, pois, ao projeto colonial belga.

Interessado nas riquezas minerais do Congo, em contato com o jornalista, explorador e viajante anglo-americano Henry Morton Stanley, o Rei Leopoldo II, durante o mesmo ano, convocou uma conferência geográfica internacional em Bruxelas, que levou à criação da *Association Internationale Africaine* (AIA), cujo objetivo era abrir a África à “civilização” e abolir o comércio de escravos. Esta conferência, realizada em Bruxelas, define uma área de ação dentro do continente africano, limitada a norte pelo Sudão e pelo Egito, a sul pela bacia do Rio Zambeze, a leste e a oeste pelos oceanos. Neste contexto, a história contemporânea considera que foi a viagem do

explorador português Diego Cão que introduziu o Ocidente na foz do Rio Congo. (Cimbalanga Mulamba, 2014)

Segundo Cimbalanga Mulamba (2014), dois anos depois, em 30 de outubro de 1878, Leopoldo II concluiu um acordo com Henry Morton Stanley para a criação de postos no Congo e a negociação de tratados com os chefes locais em nome da *Association Internationale Africaine* (AIA), que mais tarde se tornou o *Comité d'Etudes du Haut Congo* na sigla CEHC.

O regime nas estruturas de metalinguagem já estava dado em território europeu – método e aplicação em BCI para o epistemicídio. Mapas de África disponíveis na Europa, junto de relatórios de viagens, bibliografias e outras fontes documentais, incluindo minerais *in natura* e suas descrições, demonstram o modo como os regimes sustentados pela documentação, centralmente a bibliografia da área geológica, orientam o processo de exploração, de invasão, de massacre e de saque, como etapas de construção do poder colonial. Com base em dados empíricos oriundos de uma cientificidade documentalista, as decisões para concepção da complexificação dos regimes de poder para sustentação da colonialidade se constituem, sendo a formação de uma escola congoleza em BCI parte do olhar crítico da própria formação do estado colonial belga estruturado em dinâmicas teóricas, metodológicas e empíricas em BCI, como os princípios de descrição bibliográfica e tomadas de decisão a partir de sistemas de classificação (de pessoas, de lugares, de artefatos, de fontes minerais).

4.4 BIBLIOGRAFIA E COLONIALIDADE: CO-CONSTITUIÇÕES NO FUNDAMENTO CRÍTICO DA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA RELAÇÃO MUNDO-ÁFRICA-MUNDO

Tomado como base o pensamento epistemológico de Bobutaka Bateko (2013), afirmamos com o pesquisador que palavra escrita é um fato social e, conseqüentemente, um fato político. Os diferentes sistemas políticos procederam ao controle e transmissão de saberes através de recursos gráficos. Nos modelos de regulação da sociedade, a palavra escrita sempre desempenhou um papel capital. Deste modo, a intrínseca e imbricada rela-

ção entre formação epistemológica em BCI e formação dos estados modernos, chegando até as formações coloniais e o método epistemicida, aponta para a fundamentação política da formação do campo biblioteconômico-informacional. Assim, em seu vocabulário epistemológico, Bobutaka Bateko (2013) aponta para “bibliologia política” como um ramo da bibliologia e uma teoria bibliológica cuja quintessência é a explicação dos modelos bibliológicos envolvendo exclusivamente dados relativos ao sistema de escrita, suas relações entre poder e política. Em termos diretos, objetivos, segundo Bobutaka Bateko (2013), a bibliologia política, ou seja, a construção de uma lente para compreensão da epistemologia em BCI passa pela via política e é verdadeiramente explicada sob o rigor científico da relação entre o Estado e a comunicação escrita. Esse é o fundamento do campo que pode ser observado na relação de co-constituição do Estado Colonial Belga a partir da foz do Rio Congo e da própria escola congoleza em BCI.

Cimbalanga Mulamba (2014) explica-nos que, atraído pelas potencialidades do Congo, o Rei dos Belgas, Leopoldo II, criou, em outubro de 1882, a *Association Internationale du Congo* (AIC), transformada, em 1883, num *Etat Indépendant du Congo* (EIC). Isto recebeu consagração internacional na Conferência de Berlim em 1885. E, em 26 de fevereiro de 1885, foi a Ata Final da Conferência de Berlim que estabeleceu o Estatuto Convencional da Bacia do Rio Congo.

O plano de ação, adotado pela conferência, incluía o estabelecimento de postos permanentes na África Central com vistas a desenvolver o conhecimento do continente africano (logo, produção intensa de documentação de e sobre o Congo para exploração, colonialidade, epistemicídio) e a trazer ali “paz e civilização”. Como nos demonstra Cimbalanga Mulamba (2014), um complexo plano de trabalho para organização do regime de informação colonial se constitui na esfera documental – como a Ata supracitada e metadocumental, ou seja, o conjunto bibliográfico para formação do regime. Examinando o plano da conferência, a ideia de desenvolver o conhecimento do continente africano faz-nos pensar, segundo o pesquisador, num artigo publicado em 1951 intitulado: “*Une vaste entreprise de prospection minière au Congo belge*”, que define as grandes linhas do programa previsto por um grupo de concessionários e pela colônia, para o estudo

geológico e mineiro da bacia central. Uma bibliografia para colonialidade se constitui como ferramenta fundamental para exploração. Documentos escritos para estrangeiros para dar a conhecer a imensa riqueza do Congo Belga, por exemplo, com a publicação, em 1895, de *Les Richesses minérales du Congo*, são publicados. É por isso, aponta Cimbalinga Mulamba (2014) em diálogo com Jean-Pierre Manuana-Nseka, que os bibliógrafos coloniais estavam sujeitos às estruturas da política colonial e que era comum tais bibliógrafos criarem modelos bibliológicos que respondessem aos interesses da colonização.

Face a este processo histórico, político e econômico através das explorações e operações de mineração do Congo Belga, somos levados a afirmar, como Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), que os estudos publicados pelo coletivo *Papier blanc, encre noire* atestam, desde 1876, data da *Conférence Géographique de Bruxelles*, a existência de uma abundante produção editorial sobre o Congo que continuou até o fim do império colonial belga. Esta atividade editorial era regularmente listada por reconhecidos bibliógrafos coloniais. (Cimbalinga Mulamba, 2014). Em outras palavras, a bibliografia se constitui como um construto teórico e metodológico para elaboração preliminar – o plano de edificação – do regime colonial na bacia do Rio Congo, regime este que, por sua vez, será fundamental para a construção de um regime global, incluindo as macroestruturas de multilateralidade geopolítica do Instituto Internacional de Bibliografia, da Liga das Nações e da futura Organização das Nações Unidas.

Essa co-construção bibliográfica, revela Cimbalinga Mulamba (2014), por exemplo, do período de 1885 a 1908, testemunha a origem do modelo bibliológico do sistema econômico no setor geológico e da mineração do regime colonial belga. A partir daí, pode-se dizer, segundo o pesquisador, que a bibliografia também se apresenta como uma técnica de informação do leitor, parte da bibliologia, supondo uma coleta e uma classificação dos documentos impressos agrupados em diretórios com o objetivo de facilitar a leitura – e, assim, estabelecer as bases para a formalização do regime de informação colonial do local para o global, do Rio Congo ao Oceano Atlântico, do Oceano Atlântico à Bruxelas, nas relações Mundo-África, África-Mundo.

Neste sentido, a bibliografia geológica e da mineração nasceu da vontade política colonial belga que fez com que o estatuto político do Estado do Congo Belga derivasse do primeiro artigo da Constituição Belga, revisada em 1893, que estipula as colônias, as possessões de outros mares ou protetorados ultramarinos que a Bélgica possa adquirir são regidos por leis especiais. Dentre estas, a lei que legisla sobre a investigação e exploração de substâncias minerais para todo o território nacional, demarcado por decreto de 16 de dezembro de 1910, território esse bibliografado anteriormente e, a partir dos dados bibliográficos, passível de se tornar lei, de chegar à Constituição. (Cimbalanga Mulamba, 2014)

No plano da documentação como estrutura para o regime colonial, Cimbalanga Mulamba (2014) aponta para existência de mapas de jazidas de minério no Congo Belga, imagens de prospecção e exploração, ou seja, toda uma plataforma científica para evidências de introdução de outras formas científicas, da Geologia à Política, do ouro ao poder, no território massacrado – a bibliografia como arma epistemicida.

Se a bibliografia constituiu essa estrutura, esta é, pois, mecanismo para promoção da interação e uma garantia importante para o apoio político e de comunicação. Na visão de Bobutaka Bateko (2013), numa sociedade, os governantes e os governados devem interagir para o seu bom funcionamento. Desde que os agrupamentos humanos se organizaram em sociedade, em comunidade, a comunicação sempre foi muito útil. Este processo de troca vertical de informações ocorre de cima para baixo para a gestão e de baixo para cima para a população; ou ainda este processo é horizontal entre os povos. A bibliografia se constituirá, pois, no plano da colonialidade, papel central na formação vertical da estrutura de poder belga no Congo.

O regime colonial procurará, pela via da verticalidade, reestruturada pelas políticas da linguagem, via uma metalinguagem já permitida pela teoria e pela metodologia bibliográficas, em falsa horizontalidade, estabelecer as relações de poder e de segregação. A escrita e a escrita da escrita (a metaprodução de dados gráficos ou a bibliografia propriamente dita, da sua estrutura descritiva mínima ao complexo de suas classificações), serão estratégias para as bases desse regime.

Com demonstra Tambwe Kitenge (2014), a reflexão sobre a construção dos sistemas de escrita sob o regime colonial traz à tona duas épocas bibliológicas, ou duas etapas de conformação da epistemologia e da práxis em BCI no Congo, ambas dependentes dependendo das condições políticas e econômicas. A primeira época, que vai de 1885 a 1940, é a da dualidade bibliológica: educação rudimentar para pessoas negras; ausência do quadro legislativo da escrita, para melhor reprimir os elementos independentes; ausência de atividades em torno do livro, existência de uma imprensa de evangelização para as pessoas negras, e de uma imprensa tradicional para as pessoas assentadas, brancas; bibliotecas apenas para a comunidade de colonos.

Conforme Tambwe Kitenge (2014), a segunda fase da construção em BCI no contexto da colonialidade se dá entre 1940 e 1960, via o regime colonial do Congo Belga no modelo nacionalista. Consagra-se aqui a mutação política que vê a “elite negra”, historicamente colocada subjugada pelo poder colonial e, portanto, conformista, desenvolvendo um modo de oposição. É o surgimento de uma nova configuração bibliológica: a padronização do ensino pela generalização do ensino secundário e pela instituição de ensino superior e universitário; estabelecimento do quadro legislativo para a escrita; surgimento do livro como política no território congolês; declínio dos periódicos missionários e coloniais; ascensão de uma imprensa de protesto e independência, acesso às bibliotecas pela elite das populações originárias. Essas mudanças no quadro de relações entre linguagem e metalinguagem fazem parte das alterações de estruturas que virão conduzir à queda, em junho de 1960, do regime colonial do Congo Belga e consagrar o advento do Estado conhecido como República Democrática do Congo.

Como lembra Bobutaka Bateko (2013), a palavra escrita como meio social e político desempenha um papel importante na regulação da sociedade. Se o primeiro uso da escrita foi mágico-religioso, a partir de então a escrita desempenhou um papel importante na socialização dos textos jurídicos. O fundamento, pois, da epistemologia em BCI, desde suas raízes bibliográficas clássicas, como forma de conhecimento pré e pós-formação de uma escola congoleza de estudos biblioteconômico-informacionais está,

pois, diretamente vinculado à política, à informação como parte constituída e construtora da política. Da colonialidade à decolonialidade, a bibliografia estará, pois, presente como infraestrutura e estrutura, ferramenta epistemicida e ferramenta de autonomia, de luta anti-epistemicida.

Bobutaka Bateko (2013) recorre ao princípio político da fundamentação da bibliografia na invenção da Modernidade Europeia para a compreensão das relações de poder que permitem ao plano teórico e aplicado da bibliografia constituir-se como base para colonialidade e como construto para sua derrocada. A “obra de referência”, segundo o epistemólogo, no campo da bibliografia política (e, dizemos nós, da bibliografia como política), está em *Bibliographia politica*, de Gabriel Naudé, publicada em 1633. Como afirma Bobutaka Bateko (2013), trata-se de um tratado para compreendermos a expressão da edificação do campo bibliográfico na e para política. Junto da obra, lembra-nos o epistemólogo, no mesmo contexto temporal do século XVII, surgem outras bibliografias críticas de obras dedicadas à política, ou seja, ao imbricamento da bibliografia ao poder. A experiência de conformação da epistemologia em BCI na República Democrática do Congo é um outro modelo dessa força. A organização social é o ambiente preferido para estimular a pesquisa em bibliologia política. Como diz-nos Bobutaka Bateko (2013), é evidente que o poder político, ao utilizar a palavra escrita, procura assegurar o controle do aparelho de dominação política, impondo a sua hegemonia. Mas também é sobre esse mesmo modo metalinguístico que as estruturas poderão vir a ruir.

Como afirma Cimbanga Mulamba (2014), a bibliografia geológica e da mineração do Congo Belga de 1885 a 1960 constituiu um instrumento de informação e comunicação para as potências coloniais europeias, na medida em que esta bibliografia serviu à potência colonial em todas as suas formas. O mesmo acontece com a primeira bibliografia malgaxe, que serviu aos missionários e cientistas estrangeiros, movidos respectivamente pelas necessidades de evangelização e pelas descobertas de novas terras.

5 UM ARQUÉTIPO DA ECONOMIA POLÍTICA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CICLO EPISTEMICIDA DOS REGIMES DE PODER, DO MUNDO AO CONGO, DO CONGO AO MUNDO

Ainsi, pour conclure, la Bibliographie Géologique Minière du Congo Belge de 1885 à 1960 est un instrument d'information et de communication pour les puissances coloniales européennes dans la mesure où cette bibliographie a servi le pouvoir colonial sous toutes ses formes. (Cimbalanga Mulamba, 2014, p. 168)

De acordo com Eddie Tambwe Kitenge (2014), a tradição interpretativa é considerar o livro como “uma ferramenta de desenvolvimento” da mesma forma que a agricultura e a indústria. Pensava-se, então, que não era possível conceber qualquer política de desenvolvimento coerente sem integrar uma política cultural de comunicação escrita. Pode-se, aqui, recordar, segundo o teórico, os papéis de instrumento privilegiado desempenhados pela escrita, nas atividades intelectuais, na vida social (educação, cultura, saúde pública), na política, na economia. É neste contexto que, no âmbito da ação da Unesco, serão publicados dois relatórios: o primeiro, de 1977, editado pelo americano Datus Smith sobre todos os países africanos; o outro elaborado pelo francês Jean-Michel Sivry, de 1986, dedicado especificamente ao Zaire (República Democrática do Congo). As conclusões a que chegaram os dois especialistas não poderiam ser mais alarmistas.

Para Datus Smith, no relatório de 1977, Eddie Tambwe Kitenge (2014), “nos países africanos, os problemas da edição de livros não dizem necessariamente e diretamente respeito à economia. Também entram em jogo fatores sociais, políticos, ideológicos e psicológicos que, em muitos casos, exercem uma influência maior na indústria do livro do que os fatores económicos tradicionais”. Em 1986, no relatório de Jean-Michel Sivry, aponta-se que os obstáculos enfrentados pela indústria livreira zairense dizem respeito a quase todo o processo de comunicação escrita: analfabetismo; o baixo poder aquisitivo da população; o desinteresse do Estado em relação ao livro; a falta de pessoal qualificado; a inadequação e desorganização dos circuitos de distribuição. (Tambwe Kitenge, 2014)

As observações de Tambwe Kitenge (2014) demonstram como a colonialidade é constituída pela via da opressão da linguagem, incluindo o uso da sistemática bibliográfica, assim como reconstrói a partir de usos e reusos da palavra escrita, em regimes de informação que circulam entre saquear formações culturais e depois reconstituí-las à luz de um fomento que, por sua vez, advém de recursos econômicos retirados do próprio território, como toda a exploração mineral do vale do Rio Congo e a sustentação de modelos econômicos do capitalismo ocidental.

Esse exercício de compreensão dialética, com foco em uma decolonialidade pela via da compreensão política da bibliografia, pode ser visto na própria reflexão epistemológico-histórica da escola congoleza em BCI. Conforme Eddie Tambwe Kitenge (2014), mais de trinta anos após o seu surgimento no ambiente universitário congolês, pode-se argumentar que a República Democrática do Congo constitui um campo propício ao desenvolvimento de uma ciência da comunicação escrita no contexto institucional (com universidades que organizam expressamente cursos em BCI). No Congo, o pesquisador destaca a produção teórica oriunda da cidade de Kinshasa, via instituições universitárias principais como *Institut Facultaire des Sciences de l'Information et de la Communication*, *Université de Kinshasa*, *Institut Supérieur des Statistiques* e *Université catholique du Congo*.

Segundo Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), os trabalhos resultantes das gerações em BCI na República Democrática do Congo revolucionaram a bibliologia e constituem hoje conquistas em um modelo de expressão internacional, incluindo seu papel epistemológico-histórico-crítico. O denominador comum, como já citado, na visão teórica de Manuana-Nseka (2014), está justamente na reflexão crítica que a perspectiva do arquétipo-Congo em BCI é trabalhada: a política. Conforme nos trouxe Cimbanga Mulamba (2014), no plano de desenvolvimento teórico, metodológico e profissional em BCI, a República Democrática do Congo caracterizou-se pela coexistência de dois modelos: o da antiga potência colonial que se manifesta em dois níveis: o primeiro relativo ao período das expedições e explorações de jazidas geológicas e da mineração, e o segundo do período da mineração industrial.

A partir de cartografias contemporâneas do pensamento em BCI oriundo de África, como aquelas de Bobutaka Bateko (2013), Cimalanga Mulamba (2014) e Tambwe Kitenge (2015), atingimos uma reflexão epistemológico-histórica, de ordem crítica, sobre o epistemicídio na formação do pensamento em BCI, assim como na própria constituição de estados, com uso, dentre outras armas, do próprio ferramental tecido em BCI no Ocidente, como a bibliografia (a bibliografia aqui compreendida como arma epistemicida de táticas de guerra e de extinção para formação da colonialidade).

A evidência da reflexão sobre epistemicídio na construção da colonialidade belga na África Central pode ser vista nas afirmações de Tambwe Kitenge (2015), para quem o significado político de um modelo do desenvolvimento colonial belga sobre o Congo sustentou um modelo educativo fundado em um “minimalismo” que o encolheu no universo intelectual e cultural das populações originárias. A ação do poder político se voltou para manutenção das sociedades locais em um isolamento intelectual propício ao projeto global de exploração econômica, com e a partir dos sistemas de escrita, com toda a caixa de ferramentas bibliográficas como aparato de dominação.

Por outro lado, os mapas do conhecimento epistemológico em BCI de África, a partir do arquétipo da República Democrática do Congo, apontam para fundamentos do pensamento africano sobre a teorias da escrita, desde Alexandria, até as configurações modernas, pós-independência, orientadas para uma compreensão do lugar emancipatório da bibliografia via a construção de uma epistemologia em BCI do Congo para o mundo. Essa riqueza teórica é-nos apresentada de modo decolonial e anti-epistemicida em pesquisas epistemológico-históricas e econômico-políticas em BCI a partir de fontes como Bobutaka Bateko (2013), Cimalanga Mulamba (2014) e Tambwe Kitenge (2015).

O percurso da presente cartografia nos leva a resultados (também estes, bibliográficos, via as condições empíricas permitidas pela produção do conhecimento de África para o mundo) sobre como com e pela bibliografia, regimes de informação coloniais foram constituídos e, ao mesmo tempo, a própria estrutura de um regime global de poder se co-constituiu

sobre o dorso de cada território massacrado. É justamente em uma relação África-mundo, no arquétipo do Congo ao planeta, que parte de relevância geopolítica internacional enorme se constitui. Em outras palavras, entre o Congo e a Bélgica de Leopoldo II, temos evidências manifestas de constituição de um modelo de Modernidade pós-Iluminista fundada da proposta de globalização do conhecimento como estrutura de dominação na virada do século XIX para o XX. Estamos a tratar sobre, justamente, a possibilidade econômico-política de financiamento e de desenvolvimento dos projetos de Paul Otlet para construção do Instituto Internacional de Bibliografia, da Bélgica para o mundo, na década de 1890, bem como das bases político-econômicas para futura constituição da Liga das Nações e Organização das Nações Unidas, ainda tendo o território belga como uma de suas sedes de configuração discursiva e bélica multilateral.

Em termos objetivos, é com os recursos minerais e com o dinheiro dos territórios explorados, sendo o Vale do Rio Congo e suas sociedades violentamente dominadas, que

- a) o regime de informação global do século XX se estrutura;
- b) as grandes potências multiplicam seu poder político, econômico e bélico;
- c) a cibernética de primeira ordem se elabora (não podemos projetar a cibernética dos anos 1930 sem a presença dos recursos minerais, da economia gerada por esses recursos e, centralmente, da exploração da classe trabalhadora congoleza) a partir de tal epistemicídio no contexto da colonialidade belga;
- d) a formação do poderio bélico ocidental no âmbito da Segunda Guerra Mundial, centralmente dos Estados Unidos da América, com a bomba atômica como signo da força e da violência, esta, a bomba, só possível diante de recursos minerais dentre os quais, parte considerável é oriunda do Vale do Rio Congo;
- e) a política internacional multilateral de centralidade europeia e, posteriormente, americano-europeia, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, cria modelos de financiamento controlado e vi-

giado para países dizimados pela colonialidade, como o Congo (e o Brasil);

f) a cibernética tecida entre a rede mundial de computadores e o capitalismo de plataforma nas últimas duas décadas do Século XX, igualmente dependentes de minerais como aqueles presentes nas minas congolezas ainda hoje, ou seja, de um buraco no coração da África, advém, diretamente, da parte central de invenção de toda a tradição do Vale do Silício nos Estados Unidos da América.

Estamos a apontar, objetivamente, para o dinheiro que sustentou a manutenção das coroas europeias no século XX e o desdobramento da Revolução Industrial na corrida colonial tardia, bem como do alicerce para Segunda Guerra Mundial, para Cibernética, para a Rede Mundial de Computadores, dos componentes básicos de aviões, de aeronaves espaciais, de foguetes, de usinas nucleares, turbinas, aos dispositivos eletrônicos, de suas baterias, das peças de computadores pessoais aos *smartphones*, chegando aos carros elétricos. Nas duas pontas (por exemplo, de um lado, o massacre colonial com a invasão da Bacia do Rio Congo no século XIX e, de outro, o fomento para o desenvolvimento das terras massacradas, via recursos da Unesco para criação de uma escola em BCI no Congo), a bibliografia constitui, como arma política e científica, social e tecnológica, lugar central de formalização e de funcionamento dos regimes de poder, entre o global e o local, de opressão e de controle.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toutes ces recherches des explorations et des exploitations du secteur géologique et minier du Congo belge ont donné lieu à une production éditoriale importante étudiée par les bibliographes coloniaux. (Cimbalanga Mulamba, 2014, p. 166)

A abertura para estudos comparados e internacionais na produção do pensamento de África no campo biblioteconômico-informacional representa uma das fontes da pesquisa. As cartografias da construção episte-

mológica em BCI no século XXI nos apontam caminhos para reconstituir formações discursivas de nossa historicidade em um plano crítico. O pensamento africano em BCI torna-se, nesse contexto, elemento-chave para a reflexão sobre decolonialidade e anti-epistemicídio no olhar epistemológico biblioteconômico-informacional. Esse ponto de observação de nossa construção permite-nos não apenas repensar os discursos de formação de uma teoria do conhecimento em BCI, suas escolas, suas tradições teóricas e metodológicas, seus cânones bibliométricos ocidentais e suas efemérides coloniais.

Esse ângulo nos leva à compreensão de outra linha de debate para além de uma dada *episteme* – como a constituição no campo biblioteconômico-informacional de e a partir de África. Com o prisma proposto e aplicado ao estudo, constituiu-se uma reflexão sobre a própria constituição econômico-política da sociedade dos séculos XIX e XX, de formação e de reformulação de estados nacionais ocidentais às grandes transformações do século XX, na geopolítica internacional e na revolução informacional, chegando ao plano do liberalismo de plataformas digitais no contexto do século XXI. O olhar sobre o arquétipo do Congo demonstra como construtos macropolíticos do século passado, como a Organização das Nações Unidas e a Internet têm, em África, sua estrutura, seu passado, seu presente, seu futuro.

Nas cartografias epistemológicas em BCI do século XXI, os *corpora* visitados na pesquisa, em fontes como Bobutaka Bateko (2013), Cimbalanga Mulamba (2014) e Tambwe Kitenge (2015), demonstram-nos a construção em corrente epistemológica crítica, de abordagem decolonial, sob o conceito de bibliologia política, a partir do diálogo com a tradição francesa, evocando, porém, a autonomia do pensando de África. Reafirmado, por exemplo, o olhar crítico de Cimbalanga Mulamba (2014), a bibliografia geológica e de mineração do Congo Belga de 1885 a 1960, constituiu um instrumento de informação e comunicação para as potências coloniais europeias, na medida em que esta bibliografia serviu a potência colonial em todas as suas formas. Estabelece-se, pois, uma bibliografia econômico-política, conforme Cimbalanga Mulamba (2014), que sustenta o próprio regime colonial de informação nascedouro e seus desdobramentos políticos e tecnológicos. A

revelação das bases coloniais e seus métodos é apontada por obras como de Arab Abdelhamid (2014), Joseph Cimbanga Mulamba (2014) e Eddie Tambwe Kitenge (2015). Por sua vez, a esfera decolonial, no plano epistemológico histórico, com foco em uma epistemologia política, como crítica historiográfica à formação de escolas africanas, como o caso da tradição congoleza, é observada em Dominique Hado Zidouemba (2013, 2014), Bob Bobutaka Bateko (2013, 2014), Jean-Pierre Manuana-Nseka (2014), Eddie Tambwe Kitenge (2014).

O movimento decolonial e anti-epistemicida é observado, metodologicamente, na crítica de Eddie Tambwe Kitenge (2014). Na procura do epistemólogo pela formação de uma escola congoleza em BCI, tendo em conta as experiências internacionais, descritas através da evocação da história das “escolas”, as pessoas pesquisadoras congolezas em BCI deverão ser capazes de estabelecer “um programa de organização”. A criação de um tal programa só pode ser o resultado de uma reflexão coletiva. Na visão de Tambwe Kitenge (2014), este programa de organização deveria incluir não apenas um programa de investigação, mas um sistema geral de organização de investigação.

A ênfase de compreensão do lugar da política na construção crítica de uma epistemologia em BCI no Congo e sua escola autônoma é claramente manifestada pela tradição visitada no século XXI, tradição esta capaz de repensar as dinâmicas de colonialidade e epistemicídio a partir dos massacres empreendidos no Vale do Rio Congo, e apontar para os caminhos remotos e contemporâneos de emancipação. As cartografias epistemológicas do século em curso, no plano Brasil-África, são um convite crítico à reconstrução epistemológico-histórica de nosso passado e de nosso futuro em BCI.

REFERÊNCIAS

ABDELHAMID, Arab. La recherche bibliologique en Algérie sous le Régime colonial français. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 35-50, 2014.

BOBUTAKA BATEKO, B. Bibliographie politique, bibliologie politique et communication politique. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 79, p. 55-70, 2013.

BOBUTAKA BATEKO, B. La bibliologie à l'Institut Supérieur de Statistique de Kinshasa. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 137-154, 2014.

BOBUTAKA BATEKO, B. Noyers-sur-Serein: centre de la Bibliologie et la Maison du Schématisation. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 72, p. 65-76, 2010.

CIMBALANGA MULAMBA, J. La bibliographie géologique et minière du Congo belge de 1885 à 1960: un instrument d'information et de communication pour les puissances coloniales européennes. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 155-170, 2014.

HADO ZIDOUEMBA, D. Histoire de la bibliologie: de l'école médiévale arabomusulmane à l'école francophone, jusqu'aux années 1980. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 79, p. 71-94, 2013.

HADO ZIDOUEMBA, D. La politique du livre et de la lecture au Sénégal (1960-1990). *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 95-113, 2014.

MANUANA-NSEKA, J-P. Les tendances de l'école congolaise en bibliologie. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 131-135, 2014.

RABAH, A. L'enseignement de la Bibliothéconomie à L'université D'alger: Quelle formation? Pour quel métier? *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 81, p. 63-78, 2015.

TAMBWE KITENGE, E. Le système éducatif comme élément de reproduction du modèle colonial: cas du Congo belge. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 81, p. 81-99, 2015.

TAMBWE KITENGE, E. Une école bibliologique en RD Congo?: interrogations critiques et méthodologiques sur une (possible) existence d'une « école » congolaise. *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, Paris, n. 80, p. 117-130, 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Regina Marteleto, Viviane Couzinet, Daniele Estivals, Robert Estivals pelo acesso à documentação dos fundos Meyriat em Toulouse, França, e Noyers-sur-Serein, França.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).